

O TEXTO JORNALÍSTICO:

## TECNOLOGIA DE DISCURSO OU OCULTAÇÃO DE SENTIDOS?

Nilo Sérgio Gomes – UniRio

Jornalista, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

**Editor do Jornal dos Economistas, Editor da Rádio MEC e Editor do Portal [www.ptrj.org.br](http://www.ptrj.org.br).**

E-mail: nilosgomes@uol.com.br

### RESUMO

Este artigo discute o discurso jornalístico e suas propriedades enquanto instrumento de esclarecimento ou de ocultação dos sentidos. Para tanto, recorreremos à Análise de Discurso, tal como formulada e concebida pela escola francesa, a partir de Michel Pêcheux e que tem, no Brasil, contribuições como as de Eni Orlandi. Tratamos aqui de refletir, investigar e propor linhas de abordagem que contribuam para uma compreensão deste discurso que, a cada segundo, nos dias de uma mídia eletrônica, *on line*, informa a sociedade. O que diz este discurso? Quem diz o quê para quem? A quais interesses atende? É ele portador de alteridades? E como nele se reproduz a voz do poder – a voz do dono? Foucault (1970) observou que toda sociedade produz o seu discurso, e o faz sob criteriosos processos de controle e seleção. Como esta constatação ocorre no discurso jornalístico? Por sua vez, narrador de atualidades, de acontecimentos que ocorrem em todos os poros da sociedade – do político ao cultural – é o discurso jornalístico também, em segunda mão, produtor de memórias – que memórias produz? Quem edita estas memórias? E o jornalista, quem é? São estas questões que estão orientando o presente artigo, cuja meta é contribuir com a reflexão a respeito do fazer e do ler os jornais.

Palavras-chave: discurso jornalístico, análise de discurso, memória.

### ABSTRACT

This article discusses journalistic discourse and its properties as an instrument of clearing up or concealing of meanings. Thus we take the Discourse Analysis, as formulated and conceived by the French school, based on M. Pêcheux which has important contributions such as those of Eni Orlandi, in Brazil. Here, we reflect investigate and propose means of approach that seek to contribute to the understanding of this discourse (journalistic) that, every moment, in these days of the electronic media era, informs society. What is this discourse saying? Who is saying what to whom? Which interests is it serving? Is it a bearer of otherness? And how is the voice of power expressed? Foucault (1970) observed that every society produces its discourse, and does

it under criterious processes of control and selection. How does this evidence occur in journalistic discourse? In addition to being a narrator of news, of happenings which occur in all levels of society – from the political to the cultural – the journalistic discourse is also, secondarily, a producer of memories – what memories does it produce? And who edits these memories? Who is the journalist? These are the issues which are motivating this article, the aim of which is to contribute with a reflection about the making and reading of newspapers.

Key words: journalistic discourse, analysis of discourse, memory

---

O foco deste artigo é discutir e contribuir com a reflexão e a análise do discurso produzido pelos jornais impressos. Partirei de uma questão preliminar que está na base deste artigo: é o discurso jornalístico portador de várias e diferentes vozes ou ele emite apenas a “voz do dono” e dos interesses que o editam? Sua emissão parte de um púlpito ou ressoa a partir de uma horizontalidade inscrita no cotidiano daqueles e daquelas a quem pretende alcançar e se fazer ouvir e influenciar? A quais interesses responde e atende o discurso jornalístico? Com a “missão” de informar a sociedade, o discurso jornalístico termina produzindo, secundariamente, memória – que memória é essa?

Abordaremos aqui a Análise de Discurso tal como a concebe e formula a escola francesa, que tem por base as reflexões desenvolvidas por Michel Pêcheux, de acordo com o entendimento delas proposto por Orlandi, no prefácio ao livro do pensador francês sobre o discurso (2002): “uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito” (p. 7). Entenderemos, então, como Orlandi (2003), que “Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?” (p. 17). Portanto, “A Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica” (p. 17). Mariani (1998) nos diz que a Análise de Discurso busca investigar e reinvestigar “as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito” (p. 23). E os sentidos “não estão soltos”, como observa Orlandi (2003), mas, sim, “sempre administrados” (p. 10).

É plenamente pertinente, assim, o pressuposto formulado por Mariani (1998), que compreende o discurso jornalístico como “assujeitado” ao interdiscurso (memória do dizer) de uma formação discursiva determinada. Como tal, já está elaborado, antes mesmo de ser escrito. O discurso já nasce com as representações simbólicas e ideológicas que irá reforçar, mesmo que de forma sutil e aparentemente nova, através do noticiário que, no dia-a-dia, pretensamente busca (ou ao qual se atribui) trazer os últimos acontecimentos da vida política, social, cultural, econômica e institucional de nossas sociedades e de suas gentes, atores, personagens, coadjuvantes etc.

Este discurso não ocorre fora do tempo. Pelo contrário, ele está inscrito em seu tempo, assujeitado em um processo discursivo, portanto, histórico, em uma conjuntura determinada, que demanda formações de sentidos para a sua consolidação, apagamento

de dizeres e de lembranças, construção e disputa de identidades e de memórias. É um discurso que significa ou ressignifica, e que ocorre por dentro de mecanismos simbólicos e ideológicos nem sempre aparentes, ou, quase sempre, não perceptíveis. O mito da objetividade do discurso jornalístico faz por esconder, embora, nem sempre, o conteúdo ou a matriz ideológica à qual ele “obedece” e/ou “responde”. A linguagem é, por constituição, dialógica, como aponta Bakhtin (2004), e a “língua não é ideologicamente neutra”, como citando o autor russo, nos lembra Barros (2001).

Foucault (1970) apontou que a sociedade produz o seu próprio discurso, e o faz sob processos de seleção e controle:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (p. 8-9)

Com formatação própria e toda uma pretensa tecnologia de discurso (o mito da objetividade), o discurso jornalístico é ele mesmo lugar de ocultação, de diluição, silenciamento e de empobrecimento da realidade, a qual e sobre a qual pretende informar. No entanto, essa “linguagem jornalística”, pretensamente objetiva e imparcial, é quase sempre nem uma e nem outra coisa, como bem observa Bourdieu (1998:78), quando assinala, em “Contrafogos”, que “é capital saber que uma parte enorme do que podemos dizer ou fazer será filtrado, isto é, muitas vezes aniquilado, por aquilo que os jornalistas dirão”.

E mais nos disse o sociólogo francês:

Aquilo com que nós pesquisadores poderíamos sonhar é que uma parte de nossas pesquisas pudesse ser útil ao movimento social, ao invés de perder-se, como acontece freqüentemente hoje, porque é interceptada e deformada por jornalistas ou intérpretes hostis etc. (p.78-9)

Orlandi (2002) afirma, abordando não propriamente nem especificamente a linguagem jornalística, mas, em um sentido mais amplo, a função ou o papel da ideologia na produção de sentidos (função e/ou papel que o discurso jornalístico compreende e exercita), que:

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores. Sem esquecer que os próprios locutores (posições de sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos, mas se produzem com eles. (p. 21)

Produtor de sentidos, portanto, o discurso jornalístico opera comprometido com os sentidos que se fazem necessários em uma conjuntura dada, determinada historicamente; e os realiza ao noticiar os fatos do dia-a-dia, ao “informar” a sociedade.

Esta função a que se propõe a imprensa através do seu discurso – informar a sociedade – não é, portanto, isenta de críticas, conflitos de interesses e mesmo de manipulação.

Há ainda os que desconfiam da qualidade da informação transmitida pelos jornais, como Bourdieu (1998, 2000), por exemplo. Para ele, há um “martelar da mídia” em seu papel/função de legitimar o “discurso dominante” (nos tempos atuais a reafirmação, por exemplo, do pensamento único, em especial, no noticiário econômico). Já Mariani (1998) assinala a “previsibilidade” do discurso jornalístico.

Repetições, silêncios e silenciamentos

O novo no discurso jornalístico fica bem mais por conta do que a própria vida neste seu dia-a-dia produz – o que Mariani (1998) identifica como “irrupção de um acontecimento”, que desloca as regularidades e os sentidos. Ou seja, os acontecimentos fora da pauta – as “tsunamis” – são os que obrigam a mídia, a imprensa, o discurso jornalístico já formatado, assujeitado, objetivado, a investir-se no novo. Bem mais por isto, portanto, do que pelo que possa contar de novo a imprensa. O discurso jornalístico, em uma visão pessimista, está muito mais inserido no “horizonte das expectativas” (Bourdieu, 2001), recontando o já-dito, redizendo a narrativa onde se alternam nomes e lugares para se contar sempre a mesma velha história.

Borges (2003), analisando o discurso da imprensa em matérias e artigos sobre a questão das cotas para negros em universidades, no texto “O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas”, nos diz que a repetição no discurso jornalístico é tanto na forma quanto no conteúdo: “E não se repetem apenas os argumentos, mas as formas de dizê-los” (p. 251).

Mas o objetivo deste discurso jornalístico não é apenas e tão somente “martelar” conceitos, simbolismos e “verdades” (Bourdieu, 1998). Há, bem mais do que isso, o interesse em “criar” realidades, disputar memórias, imaginários, dizeres, e que, segundo Borges (2003), servem para “planificar os horizontes simbólicos”, isto é, aplainar o campo para as significações e/ou ressignificações que se façam necessárias ou emergentes. Diz a autora:

(...) Articulando e distribuindo o saber (informações) sobre o tema, a imprensa brasileira se converte neste e em outros casos como um grande território social comum, compartilhado em grande escala, planificando os horizontes simbólicos de seus (suas) leitores (as). Ao fazer isso, ela engendra um discurso que se pretende universal sobre as desigualdades raciais no Brasil, aciona sentidos já cristalizados, inviabiliza posturas e posições diferenciadas das que comumente noticiam e se apóiam e, conseqüentemente, silencia a proliferação de outros. (p. 252)

Trabalhando com os implícitos “martelados” diariamente em suas emissões e transmissões (“o crescimento da economia”, “o 11 de setembro”, “no apagar das luzes” etc.), o discurso jornalístico quase que oculta as diferenças, querendo crer que a diversidade presente na vida possa ser padronizada, exemplificada em heróis e heroínas da instantaneidade. O diferente já é igual quando enquadrado, configurado, representado simbólica e ideologicamente no aqui, agora, dos dizeres e falares atuais e/ou contemporâneos da formação discursiva dominante.

Etnias como os índios, por exemplo, são notícias apenas quando protagonizam tragédias, massacres, conluíus (venda de madeiras nobres, estupros, etc.), o mesmo acontecendo, o mais das vezes, com negros. Quilombolas são notícias bem mais por serem “exóticos”, ao olhar dos interesses que editam o discurso jornalístico, do que por um compromisso com a democratização da informação e da notícia. Este silenciamento do índio, por exemplo, foi entendido por Orlandi (2002) da seguinte forma:

Com efeito, o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala, mas é falado por missionários, pelos cientistas, pelos políticos. Mesmo se eles têm boas intenções, como mediadores, eles reduzem os índios a “argumentos” da retórica colonial. Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem, sobretudo, à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo. (p. 59)

Entenderemos, aqui, o silêncio diferentemente do “implícito”, conforme Orlandi (2002), e diferenciaremos o silêncio do silenciamento. Nem o silêncio será o já-dito, o interdiscurso ou a memória do dizer, aquilo que já está presente no imaginário e sobre o qual não é necessário produzir novos sentidos, pois sentido já o é – implícito; nem confundiremos o silêncio que significa como falta da fala e que diz por ela, em silêncio, com o silenciamento da censura, do que não deve ser dito, daquilo que deve ser silenciado. Como o silenciamento a que nos referimos, da imprensa brasileira sobre a situação dos negros e dos índios no início do século, silencia este que, de certa forma, permanece até hoje.

A reflexão sobre as vozes reverberadas no texto jornalístico traz-nos à discussão da alteridade na mídia e, antes disso, o papel da mídia na consolidação da ideologia dominante, em uma época dada de um período histórico determinado. O jornal é, como o discurso, dialógico e polifônico. E ele, jornal, ainda mais polifônico, pois se trata de retratar a sociedade e, por conseguinte, suas diversidades. Mas vamos aqui sustentar que há uma “voz do dono” que não está presente somente nos editoriais ou nos espaços de opinião institucional. Ela também aparece e reaparece, desliza, no enfoque das matérias, na cobertura de fatos e eventos e na própria “linguagem” que perpassa o conjunto das notícias de cada edição. A narrativa dos fatos é, geralmente, feita no enquadramento da linha editorial do jornal que, por sua vez e a seu modo, traduz a “voz do dono”, a voz dos interesses que editam uma publicação.

Há, então, uma linha, ou “viga mestra”, como uma pauta musical e sinfônica – uma “orquestração” que se inicia na disposição das manchetes da primeira página e prossegue pelo interior da edição, alinhavando cada sentido produzido e produzindo um sentido mais amplo, geral e abrangente, cuja compreensão e/ou decodificação traduzirá os interesses que estão em jogo. Isto é, a cada edição há “mensagens”, interesses a serem ditos e que, geralmente, ficam já visíveis na primeira página do jornal.

Esta “viga mestra” já se faz presente na definição da “pauta” do jornal, na seleção dos assuntos que serão reportados. Antes mesmo de “virar notícia”, o fato já é pré-selecionado. A sua abordagem é definida, formatada e, como nas entrevistas ao vivo pelas emissoras de rádio e televisão, muitas vezes são “combinados” com o entrevistado

os papéis a serem assumidos. São estreitos os espaços à espontaneidade e ao inesperado, até para que se evite “todo e qualquer risco”, como salienta Foucault (1970). Bourdieu (1998) conta o curioso caso em que se recusou a participar de um debate onde já, antecipadamente, lhe seria dado o papel de “fazer o papel do outro”, do contra, onde haveria “um não outro” que seria a favor.

Mais do que outros discursos, o texto jornalístico é portador de muitas vozes. Contudo, a presença do “outro” no discurso jornalístico é, muitas vezes, menos como sujeito e muito mais como um objeto, “uma coisa” (reificação) – quase sempre de expiação, de “atração” pública ou de consumo. Mariani (1998) observou que o discurso jornalístico apaga/silencia falas e práticas divergentes ou antagônicas ao discurso dominante. Ele, o discurso, extingue o outro para que ele (o outro) não apareça, como no caso do índio, assinalado por Orlandi (2002).

Para compreender este silêncio, nos foi preciso refazer toda uma trama discursiva que foi construída pela ciência, pela política social e pela religião (a catequese) ao longo de uma história de 500 anos. Por seu lado, este silêncio pode ser compreendido como resistência do Índio a toda tentativa de integração: ele não fala (do lugar em que se “espera” que ele fale). Quer se trate de dominação ou de resistência, é pela historicidade que se pode encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos que apagam o Índio, processo que os colocou *no* silêncio. Nem por isso eles deixam de significar em nossa história. (p. 59)

Ainda sobre esta questão, vale anotar e aqui contar uma passagem conhecida e recontada nas redações jornalísticas, e que ilustra bem esta “morte” (ocultação, silenciamento) do outro. Ela diz respeito a um diálogo ocorrido entre um repórter e um Chefe de Reportagem de *O Globo*, no qual, após as observações do jovem profissional a respeito de um determinado evento que acontecera, mas não fora noticiado pelo jornal, o Chefe respondeu: “Mas se não saiu no *Globo* este fato não ocorreu”.

Este episódio nos remete a uma brincadeira feita pelo cartunista Henfil, com a frase tomada de ironia “Deu no *New York Times*”, aludindo ao fato de que, se saiu publicado no “*NYT*”, é verdade. Isso nos leva a concluir que o jornal distribui e faz circular horizontalmente uma informação – “está nas bancas!” –, mas ele fala “do alto de sua autoridade”, enquanto jornal. “Deu no *Globo*”, “Saiu no *Dia*”, “O *JB* publicou”, são expressões comuns que apontam para esta autoridade, carimbo de que um fato ocorreu, de verdade.

### **Memória e diferença no jornal:**

#### **Disputas, ocultações, orquestrações**

O discurso jornalístico, portanto, está inscrito de tal forma no meio social que termina sendo impossível não incorporar o meio e o ambiente social nas próprias entranhas do discurso. O aparecimento de outras vozes, a abertura de espaços para as diferenças, diversidades, discordâncias e polêmicas são, inclusive, a forma de um jornal se legitimar entre os leitores e o meio social em que atua. Daí seu caráter polifônico, discursar de vozes as mais variadas, que não apenas a “voz do dono”. Mas vozes que,

no trabalho de edição, terminam confinadas a orquestrações de sentidos que interessam ao “dono da voz” difundir.

O meio social “fala”, seja pelo caráter intrinsecamente dialógico do discurso (Bakhtin, 2004), seja pela “irrupção de acontecimentos” (Mariani, 1998), que são os novos eventos fora da pauta, seja ainda pela própria memória, através dos “lapsos”, “atos falhos”, apontados por Pêcheux (1988), ou pelo silêncio, pela lacuna, pela ausência que também fala e significa, pois o silêncio faz parte da linguagem e também significa, como nos diz Orlandi (2002).

O discurso jornalístico, desta forma, não está isento das falas de rebeldia, de ressignificações que desmintam o já-dito; vozes de revoltas, conflitos, contradições e paradoxos. Até mesmo porque, como já dito, em muitos casos são esses atos de rebeldia que vão conferir legitimidade à própria significação simbólica que “marca” a imprensa e o discurso jornalístico, com o seu mais que suspeito caráter de isenção e imparcialidade. Mariani (1998) tem a seguinte compreensão desse processo de revolta.

(...) Nenhum processo de assujeitamento pode ser completo ou imutável até porque o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma posição. Os mecanismos de resistência, ruptura (revolta) e transformação (revolução) são, assim, igualmente constitutivos dos rituais ideológicos de assujeitamento. (p. 25)

E o que é a resistência, em termos discursivos? É, conforme Pêcheux (1988), a possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É ressignificar rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra (na forma de um lapso, um equívoco), seja incorporando o *non sens*, ou simplesmente não dizendo nada. (p. 26)

O discurso jornalístico, ao relatar e interpretar fatos de uma época determinada, recontar fatos e acontecimentos do passado, produz (secundariamente) e disputa, assim, memória. Agora mesmo, vemos as mídias das *Organizações Globo* “contarem” e produzirem uma memória do seu ex-presidente, Roberto Marinho, na mais clara e evidente disputa pela memória que se presencia na atualidade brasileira. Portanto, ele (o discurso jornalístico) reconta e consolida outras memórias, elas mesmas produção coletiva e social (Halbwachs, 1968). Mas, sempre que necessário e dependendo dos interesses em jogo, esse discurso reconta memórias de acordo com o “olhar” que o edita. Ou seja, o jornal é também “lugar de memória”, tal qual a definição de Nora (1993), que acentua, inclusive, o caráter da metamorfose desta memória, de sua mudança de sentido, de significação. Ou de outra forma, do seu potencial de ressignificação e ressemantização, dependendo do olhar que investiga e aborda esta memória.

A mídia é hoje, aliás, portadora de uma memória, às vezes, assustadora. É muita memória, muita informação que, diariamente, é armazenada sem nem bem sabermos o que fazer com tantos registros, tantas memórias. Lugar de memória, na era eletrônica a mídia e o discurso jornalístico terminam sendo lugares de armazenamento de muitas memórias, documentação de períodos históricos em uma ampla diversidade temática a esperar um olhar que as escolha e selecione para pesquisa, para o desvelar de um acontecimento esquecido, de uma época que volta a emergir através da pesquisa.

Contudo, convém salientar a observação feita por Huyssen (2000), em relação ao tipo de memória que a mídia produz.

Sabemos que a mídia não transporta a memória pública inocentemente; ela a condiciona na sua própria estrutura e forma. E aqui – seguindo o surrado argumento de McLuhan de que o meio é a mensagem – é bastante significativo que o poder da nossa eletrônica mais avançada dependa inteiramente de quantidades de memória: Bill Gates talvez seja a mais recente encarnação do velho ideal americano – mais é melhor. Mas “mais” é medido, agora, em *bites* de memória e no poder de reciclar o passado. (p. 23)

A parte final do texto acima – “e no poder de reciclar o passado” – é, exatamente, o que se vê, hoje, quando as *Organizações Globo* tentam “reconstruir”, em cadeia por suas mídias, uma memória para Roberto Marinho, buscando produzir esta memória de acordo com os interesses de uma “biografia limpa”, “reciclada”, sem a presença ou sequer vestígios das ligações estranhas e dos vínculos que ele teve no passado, e que foram determinantes para que se tornasse tão poderoso quanto o foi. A mídia, portanto, disputa a memória. Tanto a apagando, quanto a recriando, onde tudo o que não interesse ao poder pode ser esquecido, ocultado e/ou silenciado.

O discurso jornalístico serve ao poder e sua meta é “contar o dia-a-dia da história”, segundo a lógica que interessa à reafirmação deste poder. Afinal, como afirma Mariani (2001:35): “Sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo histórias”. E também produzindo e disputando memória, o que nos remete à observação feita por Gondar (2003:32): “Todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”.

Instrumento de poder, o jornal, o discurso jornalístico é, portanto, lugar de (re)afirmação de hegemonias, versões, interpretações e de legitimação de discursos e compreensões. Mas é, também, lugar, sendo de memória, de disputas, de conflitos, contradições.

E o jornalista, quem é? Sendo “acima de tudo um contemporâneo”, na definição de Bakhtin (*apud* Tagé, 2003), o jornalista vive na extremidade do agora, do que acabou de acontecer ou na fronteira, à espreita do que vai acontecer em instantes, carregando, contudo, uma memória social, um conjunto de representações simbólicas, ideológicas e sociais que se interpenetram, se inter cruzam, constituindo uma subjetividade não necessariamente apaziguada e harmoniosa. Por onde, inclusive, seja através de lapsos ou atos falhos, ou mesmo de atitudes conscientemente assumidas, aparecem as “janelas de resistência” presentes no discurso jornalístico, espaços por onde se busca afirmar alteridades e diferenças.

Com características que o identificam e lhe conferem propriedades específicas, o discurso jornalístico é, ele mesmo, lugar de influências que se dão tanto em sua própria discursividade, através da absorção de termos da moda, “falas” de um cotidiano midiático, quanto também lugar de influenciamento de falas e discursos outros. O propalado “poder de síntese” desse discurso é, muitas das vezes, bem mais um modo de ocultação e silenciamento de significados e significações do que de esclarecimentos ou de difusão das informações produzidas pela sociedade. Nele, discursos, sentidos podem estar ocultos ou mesmo silenciados, através de um processo de escolha, seleção e edição



que vai nortear leitores segundo a visão seletiva dos interesses que estão por trás dos processos de edição. Na busca do *lead*, da principalidade do evento jornalístico, muitas vezes perde-se o principal, ou se o esconde ou se o escamoteia ou se o dilui.

Narrar o processo no qual a narrativa jornalística é produzida, controlada, administrada, matizada e reproduzida por formas e meios inscritos nesse processo mesmo de elaboração da notícia é desmistificá-la, destruí-la, reconstruí-la, expor ao público como ele é informado, por qual processo de produção se dá a notícia. Esta não é uma prerrogativa do discurso jornalístico, embora, nele haja uma acentuação desse controle, seja por lidar com a informação para amplas massas de gente, seja por lidar com notícias que dizem respeito ao poder.

Desde o seu nascedouro, o discurso de jornal, a notícia, portanto, já vem matizado por interesses, olhares, vieses. Não há, ainda, um procedimento que garanta a autonomia da sociedade, dos movimentos sociais, diante do olhar de um repórter, de um redator, um editor. Como muito menos existem procedimentos capazes de deter o interesse embutido no olhar do dono da notícia, isto é, da publicação que a republica, a transfere a um público maior. Foucault (1970:8-9) compreendeu esse processo quando atentou para a formação dos discursos na sociedade, que controla, seleciona e organiza falas e dizeres.

Contudo, mesmo sob formatações rígidas e pré-determinadas, esse discurso jornalístico não deixa de ser, ele próprio, registro de conflitos, como o próprio filósofo anotou. Conflitos, mas também resistências, rebeldias, contradições que estão presentes no meio social em que esse discurso é produzido, reproduzido e divulgado, e que lhe perpassa como frases transversais que também podem ser lidas pelo público leitor. Foucault (1995:244) assinala que “A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem ser separadas”. Ou seja, onde há poder há resistência; e são possíveis outras leituras de um mesmo discurso, ou dentro dele, através dele, ou mesmo fora dele, à medida que a omissão também significa.

Como se faz este controle? Em “A ordem do discurso” Foucault (1995) lembra que não se pode dizer tudo e nem falar de tudo, em qualquer circunstância. No discurso jornalístico esta constatação é por demais recorrente, sob diferentes justificativas, do alegado “poder de síntese” às opiniões dos donos do jornal. Adorno e Horkheimer vinculam o discurso jornalístico e a mídia à indústria cultural, ao modo de “levar a notícia com o menor dano”. Afirmam: “Filmes, rádios e semanários constituem um sistema. Cada setor se harmoniza” (1985:7).

Podemos dizer, com Foucault (1995), que no texto jornalístico é forte a tendência à “soberania do significante”. O processo de produção da notícia é controlado de tal forma que busca, desde a elaboração da pauta à edição da notícia e sua diagramação na página, evitar dubiedades ou, às vezes, provocá-las. Predomina uma escrita onde o dito foucaultiano sobre a “soberania do significante” se sobrepõe. Em um jornal, portanto, repórteres e redatores são exigidos a escrever da forma mais direta possível, mais objetiva, evitando-se dizeres, polissemias, insistindo-se nas paráfrases, no dizer o mesmo uma outra vez, com uma outra voz. É a chamada “objetividade” do texto jornalístico.

“Isto aqui é um jornal. A poesia deixe para o poeta. O senhor aqui é um repórter”, disse-me certa vez um chefe de reportagem, quando tentei aludir, ao narrar a morte de um operário, em Brasília, por falta de equipamentos de segurança na empresa em que trabalhava, à canção de Chico Buarque, “Construção”, que narra exatamente a morte de um operário “na contramão, atropalhando o trânsito”. “O texto deve ser seco” – uma outra máxima nas redações. Nada de floreio, nada de dizer que “qual uma Capitu, de Machado, Marilena chegou à loja de vestidos...”. Não.

O discurso jornalístico, então, informa a sociedade, contudo, esta informação já vem moldada e formatada de tal maneira a se adequar e fazer sentido no amplo jogo das significações, dos sentidos que dão sentido às relações do poder. Através de formas, meios e encadeamentos do “saber fazer jornalístico”, a futura narrativa se torna refém de significações previamente configuradas. Uma frase célebre dentro das redações, que comprovaria esta pré-formatação, é quase sempre pronunciada por uma chefia e pode ser assim expressa: “Não foi esta a pauta que lhe dei!” Ou: “Você não seguiu a pauta!” Ou ainda: “Não interessa ao jornal a sua opinião!”

Mas, como já dito, apesar desse controle da narrativa, a produção do discurso jornalístico é, ela mesma, lugar de disputas, de contradições, de resistências, por onde vazam informações de interesse da sociedade, que delas se beneficia. Muitas das vezes um verbo, uma matéria, servem para denunciar um regime político.

### Conclusões

O discurso jornalístico é, portanto, fonte que espelha parte dos conflitos da sociedade, da contemporaneidade. Lugar de conflitos, de disputas, que muitas das vezes transparecem no texto, na edição, outras vezes, não. Por maior controle da narrativa e do discurso as resistências aparecem, pois, sendo esse discurso expressão do poder é, por isso mesmo, lugar de resistência, de “insubmissão da liberdade” (Foucault, 1995).

Lugar de memória, página de disputa, linguagem e “fala” editadas pelo poder, o jornal é, ele mesmo, lugar de conflito. Produto social e, ao mesmo tempo, influenciado e influenciador do social, lugar e vestígio de memória, o discurso da imprensa assemelha-se ao discurso do poder, sem poder, contudo, evitar o aparecimento de resistências, insubmissões. Por maior o controle, a resistência aparece aqui e ali, até com a publicação de receitas de bolos, onde deveria haver notícia, como fizeram alguns jornais, nos anos 70, na ditadura brasileira.

A cada edição de um discurso jornalístico corresponde sempre, portanto, um processo de exclusão e escolha, de seleção e abandono, cujos parâmetros e orientações atenderão aos interesses em jogo nas relações de poder, estando o discurso a serviço do poder, seja quando o legitima ou mesmo quando o contesta. Muitas das vezes o discurso contestador reafirma o próprio poder dominante que o quer (ou finge querer) calar.

A cada edição um processo de “saber técnico” estará em curso para reproduzir o discurso dominante da hora, do dia, da época, dos tempos, da conjuntura, dos grupos, classes sociais, demandas e interesses os mais diversos, a começar pelo dos patrocinadores, que compram os espaços das páginas e subjugam o discurso e a narrativa às suas necessidades, objetivos e pretensões. O papel do patrocinador já é visto desde há muito. Benjamin (1994) já chamara a atenção para o que, em seu tempo e até o

início da segunda metade do século passado, chamava-se de “reclame”. Pois, assim ele escreveu em seu notável trabalho sobre o poeta Baudelaire:

O ‘reclame’ se encontra nos primórdios de uma evolução cujo final é a notícia da bolsa publicada nos jornais e paga pelos interessados. Dificilmente a história da informação pode ser escrita separando-a da história da corrupção da imprensa. (p. 23)

O que transparece e é tido como “orientação técnica”, “cuidado técnico de apuração”, “imparcialidade” na abordagem e observação do fato ou do acontecimento pode estar representando muito mais um “direcionamento” da notícia, do que propriamente uma orientação em busca de um melhor e maior esclarecimento do tema ou do acontecido para a sociedade. Antes mesmo de iniciar-se a apuração de uma notícia, ela já tem, como já dito, o seu conteúdo pré-configurado e pré-formatado pela reunião de pauta. Seja qual for a mídia (jornal, rádio, internet ou TV) a narrativa começa a ser delineada, diagramada, com seus contornos e configurações, nesta reunião, onde os profissionais e seus chefes e editores discutem a atualidade e dela extraem os assuntos que interessam à pauta. Sob a ótica do jornal, naturalmente, da linha editorial, da voz do dono...

A partir da reunião de pauta, a nascente narrativa passa por escaninhos e filtros visíveis e invisíveis que a depuram e matizam, adequando-a aos interesses e negócios que movem o jornal. A notícia é “enxugada”, retirando-se dela tudo o que não interessa ao que se pretende divulgar; e matizada com a inscrição da linha editorial dos “donos da casa”. Devidamente embalada, é entregue ao público leitor com as constantes repetições, reafirmações de conteúdos, propagandas, ilusões, ideologias, tudo previamente formatado em suas linhas gerais. O chamado “martelamento da mídia” de que nos fala Bourdieu (1998, 2000).

O conteúdo, muitas vezes, é apenas um mote, mera fachada que se aproveita para a divulgação – “a venda” – de idéias, ideologias, produtos e serviços. Adorno e Horkheimer (2002:33), tratando da indústria cultural, afirmaram: “O pretense conteúdo é só uma pálida fachada: aquilo que se imprime é a sucessão automática de operações reguladas”.

Formatada em linguagem pretensamente “objetiva”, a narrativa jornalística já nasce, então, acorrentada a conteúdos e significações que lhe são previamente impregnados sob a roupagem de “técnicas do discurso”, que nada mais fazem do que controlar a própria narrativa, sua dicção e originalidade, evitando todo e qualquer risco; o que já incomodava sobremodo ao mesmo Benjamin (1985:197), que escreveu: “São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”.

Afinal, qual é o perigo do dizer?, como indagou Foucault (1970):

Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (p. 8)

Esse processo de controle do discurso jornalístico passa pelas escolas de formação (ou formatação?) de profissionais e tem o seu auge, naturalmente, nos locais e nos procedimentos do fazer e apurar do discurso: as redações, ambientes e cenários de produção profissional de narrativas jornalísticas – alma e coração dos jornais. Os

profissionais são treinados, desde a sua formação acadêmica e profissional, a escreverem “sem causar riscos”. Foi Foucault (1970) também quem disse:

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (p. 44)

Como toda e qualquer empresa capitalista, o jornal tem sempre, mesmo que sutilmente ou de forma invisível, as marcas do interesse do seu dono. No limite, é ele, o dono, quem decide o que é ou não publicado. Suas opiniões e seus interesses constituem os contornos da “liberdade de imprensa”. Contudo, enquanto produção social o jornal – o discurso jornalístico – é também lugar de disputas, conflitos, lugar de memória, espaço de resistência, por onde vazam vozes discordantes, contradições do próprio poder, visões rebeldes, minorias que conseguem atravessar a ordem do discurso, atropelando as normas e as pautas.

\* Este artigo tem por base o projeto de pesquisa “A imprensa carioca na virada do século XX – Memórias do *Jornal do Brasil*”, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, sob a orientação da prof. Lúcia M. A. Ferreira.

#### Referências bibliográficas

**Adorno, T. e Horkheimer, M.** *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

**Bakhtin, M.** *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. Apontamentos: 1970-1971. In: **Tagé, Teresinha**. *Cultura e memória social no discurso jornalístico*. Disponível em novembro de 2003 in: [www.entretextos.jor.br/forum/texto002.html](http://www.entretextos.jor.br/forum/texto002.html).

**Barros, Diana Luz Pessoa de.** Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: Faraco, C. Alberto, Tezza, Cristóvão e Castro, Gilberto de. (Org.) *Diálogos com Bakhtin*. 3ª ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

**Benjamin, W.** *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1985.

**Borges, Rosane da Silva.** O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas. In: *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. Da Silva, Cidinha (org.). São Paulo: Summus, 2003.

**Bourdieu, Pierre.** *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_ *Contrafogos 2. Por um movimento social europeu* . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

**Foucault, M.** *A ordem do discurso* . Aula inaugural no *Collège de France* , pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

\_\_\_\_\_ O sujeito e o poder. In: Rabinow, P. e Dreyfus, H. *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica* . Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

**Gondar, Jô.** Memória, poder e resistência. In: Gondar, J. e Barrenechea, M.A. *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo* . Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda., 2003.

**Halbwachs, M.** *A memória coletiva* . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

**Huysen, Andreas.** *Seduzidos pela memória* . Rio de Janeiro: Aeroplano Editora e Consultoria Ltda, 2000.

**Mariani, Bethânia.** *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, Campinas, SP, Editora Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_ Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: Orlandi, E.P. (org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional* . Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

**Nora, P.** *Entre memória e história* . São Paulo: Projeto História 10, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC/SP, dezembro 1993.

**Orlandi, Eni P.** *Análise de discurso. Princípios e procedimentos* . Campinas, SP: Pontes, 5ª edição, 2003.

\_\_\_\_\_ *As formas do silêncio – No movimento dos sentidos* . Campinas, SP. Editora Unicamp, 5ª Edição, 2002.

**Pêcheux, M.** *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_ *O Discurso. Estrutura ou acontecimento* . Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2002.

**Tagé, Terezinha** . *Cultura e memória social no discurso jornalístico* , disponível, em novembro de 2003, na internet: [www.entretextos.jor.br/forum/texto002.html](http://www.entretextos.jor.br/forum/texto002.html).